

## ÀS VÉSPERAS DO GOLPE: A DISPUTA POLÍTICA POR UM SINDICATO RURAL E A TENTATIVA DE DESESTABILIZAR, EM 1963, O PRIMEIRO GOVERNO ARRAES

Izabel Helena Acioli Siqueira dos Santos (PPGH-UFPE)<sup>1</sup>

**Resumo:** Em 1963, a campanha para desestabilizar o Governo João Goulart também tinha como alvo os Estados aliados a Jango. Em Pernambuco, a disputa política por um sindicato rural, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, na Zona da Mata Sul, gera violento conflito, utilizado pela grande imprensa para atacar o Governo de Miguel Arraes, criar um clima de instabilidade e reforçar a ideia da necessária repressão à luta no campo. Pretendemos analisar a disputa pelo Sindicato, a eclosão do conflito e a associação deste, feita pelos principais jornais do Estado, com o Governo Arraes, às vésperas do golpe de 1964.

**Palavras-chave:** Sindicato de Barreiros; imprensa; Governo Arraes

**Abstract:** In 1963, the efforts to destabilize the João Goulart's Government had also as target the states which were his allies. In Pernambuco, the political dispute for a rural union, the Rural Workers Union from Barreiros, in the south part of the Zona da Mata, created a violent conflict which was used by the mainstream press to attack the Miguel Arraes' Government, to create a climate of instability and to reinforce the idea of the necessary repression to the rural struggle. We aim to analyze the dispute for the Union, the outbreak of the conflict and the relation, made by the main newspapers of the state, between the conflict and the Arraes' Government, on the eve of the 1964 coup.

**Keywords:** Barreiros' Union; press; Arraes' Government

### O primeiro Sindicato e a disputa no campo em Pernambuco

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém é o primeiro sindicato de trabalhadores rurais de Pernambuco. Foi fundado em 1954 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho em 1956, quando ainda não havia legislação específica para a sindicalização rural. Localizado na Cidade de Barreiros, área litorânea da Zona da Mata Sul de Pernambuco, representava os trabalhadores rurais

---

<sup>1</sup> Mestranda em História pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), sob orientação da Professora Dr.<sup>a</sup> Maria do Socorro de Abreu e Lima. Bolsista do CNPq. E-mail: izabelsanttos@gmail.com.

concentrados em uma área de atuação que abrangia as usinas: Central Barreiros e Una, (em Barreiros), Santo André e Cucaú (em Rio Formoso) e Trapiche (em Serinhaém).

Apesar do pioneirismo, a historiografia ainda não deu suficiente atenção ao processo de surgimento e atuação do Sindicato de Barreiros, suas relações e influências e seu papel junto aos trabalhadores e à classe patronal, particularmente durante as conturbadas décadas de 1950 e 1960, período de efervescência da luta no campo em Pernambuco.

Classificado, até então, como obra do Partido Comunista do Brasil (PCB) nos anos de 1950, a história do Sindicato de Barreiros começa a ganhar nova análise em que a sua fundação e reconhecimento são investigadas a partir da relação existente entre uma liderança do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) na região e sua relação com Getúlio Vargas, abordado em uma Monografia de conclusão de Curso de Bacharelado em História pela Universidade Federal de Pernambuco, cuja análise aponta o Sindicato, na década de 1950, como um sindicato tutelado pelo Governo Federal.<sup>2</sup>

Tutelado ou não, durante os primeiros anos de sua existência, o Sindicato de Barreiros chega à década de 1960 com presença ativa nas lutas no campo e em acontecimentos políticos importantes em Pernambuco. Ao mesmo tempo em que sofre processo de desmembramento, com a regulamentação da sindicalização rural pelo Ministério do Trabalho, Portaria 355-A de 20 de novembro de 1962, o Sindicato passa a ser três: Ainda em 1962, é fundado o Sindicato de Rio Formoso, e, em 1963, o Sindicato de Serinhaém, além do Sindicato de Barreiros. A Carta de reconhecimento do Ministério do Trabalho para esses dois novos sindicatos é assinada em 1965.

Esse processo não ocorre sem traumas e as disputas políticas que se dão pelo controle dos três sindicatos acabam contribuindo para aumentar as tensões no campo em Pernambuco. Uma vez que os anos de 1960 também trazem o crescimento da sindicalização rural e, com ela, as disputas entre as forças políticas pelo controle da direção do movimento no campo, as lutas internas, as crises políticas e os rachas nas organizações. Ao mesmo tempo em que se intensifica a disputa pelo projeto político de País, polarizado, em tempos de Guerra Fria, por ideais capitalistas e socialistas.

Nesse contexto, as Ligas Camponesas, originárias da luta no engenho Galiléia, na Zona da Mata de Pernambuco, a partir de 1955 e que desenvolviam um

---

<sup>2</sup> Ver: SANTOS, Thayana de Oliveira. **Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros**: fundação, influências e intervenção. Monografia (apresentada ao final do curso de Bacharelado em História). Recife: UFPE, 2014.

trabalho em conjunto com o Partido Comunista Brasileiro (PCB) no campo, rompem a parceria durante o Congresso de Belo Horizonte, em 1961, e passam a disputar a influência e a liderança das lutas dos trabalhadores rurais.

As Ligas, que já defendiam os direitos dos camponeses excluídos da terra, começam a organizar sindicatos rurais, uma vez que precisavam ampliar seu campo de atuação que passava a ser disputado também pela Igreja Católica, além do PCB. Contudo, a partir de 1963, as Ligas sofrem forte crise interna e “perdem a hegemonia do movimento no campo”.<sup>3</sup> O PCB, que já enfrentava rejeição moderada, sofre um racha que resulta na saída de militantes que acabam fundando o Partido Comunista do Brasil (PCdoB).

A Igreja Católica iniciou a organização de sindicatos rurais com o propósito de se contrapor à influência das Ligas Camponesas e do PCB, oferecendo uma linha política mais moderada, ante a proposta de reforma agrária radical das Ligas e da ideologia comunista.<sup>4</sup> Fazendo, assim, um contraponto à radicalização dos discursos e das ações, cria o SORPE (Serviço de Orientação Rural de Pernambuco) em 1961, e começa a organizar sindicatos na Mata Norte e no Agreste, com destacada atuação dos padres Paulo Crespo (Jaboatão) e Antonio Melo (Cabo). A partir do trabalho da Igreja naqueles sindicatos, é fundada a Federação dos Trabalhadores Rurais de Pernambuco (FTRP) em 1962, com reconhecimento pelo Ministério do Trabalho no mesmo ano.

Havia, ainda, uma dissidência interna também na Igreja e uma ala mais progressista foi criada, a Ação Popular (AP). Além destas organizações, oriundo de São Paulo e sob influência do trotskismo, surge na Mata Norte de Pernambuco o Partido Operário Revolucionário – Trotskista (POR-T), com uma proposta de radicalização da luta de classes para a eclosão imediata da revolução socialista, fazendo oposição frontal ao que considerava populismo, reformismo e criticando as ações moderadas das demais organizações.<sup>5</sup>

### **Governo Arraes: atenção ao campo e a polêmica Tabela de Tarefas**

<sup>3</sup> AZEVEDO, Antônio. **As Ligas Camponesas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, p 78.

<sup>4</sup> Ver: ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos**. Recife: Ed. Universitária/ Ed. Oito de Março, 2005.

<sup>5</sup> Ver: SOARES, José Arlindo. **A Frente do Recife e o governo do Arraes: nacionalismo em crise (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982; MONTARROYOS, Carlos. **O tempo de Arraes e o contratempo de março**. Rio de Janeiro: Folha Carioca, 1982 & GALLINDO, José Felipe Rangel. **Jeremias: o trotskismo no campo em Pernambuco**. Recife: Ed. Universitária, 2013.

Em meio a esse cenário no campo, Miguel Arraes de Alencar é eleito Governador de Pernambuco, depois de enfrentar dura campanha contra o usineiro udenista João Cleofas. Ao assumir o Executivo, em 31 de janeiro de 1963, Arraes já sabia da urgência em dar atenção especial ao campo, diante do recrudescimento da violência, com o aumento das perseguições, ameaças e até assassinatos de trabalhadores rurais por cobrarem dos patrões seus direitos trabalhistas, sobretudo o pagamento do 13º salário, aprovado em julho de 1962. Um marco dessa luta é o caso da Usina Estreliana<sup>6</sup>, quando cinco trabalhadores rurais são assassinados ao pleitear o cumprimento desse direito.

O encaminhamento feito por Miguel Arraes para resolver os problemas, deixava clara uma nova concepção política de governar. Arraes decidiu fazer cumprir as leis trabalhistas, sobretudo o Estatuto do Trabalhador Rural, aprovado em março daquele mesmo ano, negociando e regulamentando direitos que até então não chegavam ao trabalhador. Para isso, o Governo fortaleceu a Secretaria Assistente, buscando garantir um canal de entendimento entre as entidades sindicais e o patronato, tentando dirimir os problemas.

Apesar de toda tensão no campo, a disposição do Governador Arraes em promover o diálogo levou à mesa de negociação trabalhadores e patrões, através de suas representações sindicais. Das primeiras rodadas de negociação resultou uma proposta de Tabela das Tarefas do Campo visando contribuir para a regulamentação das tarefas e da jornada de trabalho diárias. Mas, sem esperar que a proposta passasse pelo crivo dos trabalhadores, que seriam consultados em assembleias, o patronato apressou-se em aplicar aquela proposta de Tabela de acordo com o seu entendimento.

A reação foi imediata: novas greves foram deflagradas e uma animosidade surgiu entre as entidades sindicais e os trabalhadores insatisfeitos, atizados pela classe patronal que, sabiamente, jogava uns contra os outros. Houve tensão entre as organizações sindicais. A FTRP foi questionada por ter participado de reunião em que só estavam representantes dos patrões, sem o Governo e mais nenhuma representação dos trabalhadores, além de ter publicado um manifesto nos jornais em que condicionava o aumento salarial ao reajuste no preço do açúcar, conforme queriam os patrões e, por

---

<sup>6</sup> Ver: PORFÍRIO, Pablo Francisco de Andrade. **Medo, Comunismo e Revolução: Pernambuco (1959-1964)**. Recife: Ed. Universitária, 2009.

ter lançado uma nota, durante a campanha pelo salário mínimo “onde fazia apelo conjunto ao pleito dos proprietários”.<sup>7</sup>

### A disputa pelo Sindicato de Barreiros: cisões e conflitos

Concomitante à aplicação da política de Arraes para o campo e à polêmica acerca da Tabela de Tarefas, ocorria o processo de desmembramento do Sindicato de Barreiros. Moacyr Pedro da Silva, era o presidente do Sindicato desde a sua fundação e, no início dos anos de 1960, filiou a entidade à FTRP, como comprova a nota “*Aos camponeses e ao povo em geral*”, publicada no *Diário de Pernambuco*<sup>8</sup> em nome da Federação e assinada por Manoel Gonçalo Ferreira, seu Presidente, e por mais doze presidentes de sindicatos rurais, entre eles, Moacyr Pedro da Silva.

As Ligas Camponesas haviam assumido o controle do Sindicato de Rio Formoso e, conforme aponta Joseph Page (1972), elas também dirigiam o Sindicato de Serinhaém, a partir de 1963<sup>9</sup> e reagiram contra Moacyr Pedro acusando-o de acatar a Tabela e, assim, passam a questionar sua eleição para a direção do Sindicato. No início de julho, o jornal *Última Hora - Nordeste* noticiou que Moacyr Pedro da Silva fora destituído da presidência do Sindicato de Barreiros em uma assembleia com cinco mil trabalhadores, acusado de ser “pelego” e de concordar com a Tabela. O periódico informava ainda que esses trabalhadores tinham sido mobilizados pelas Ligas Camponesas e que uma Junta Governativa fora composta por José Domingues, Júlio Santana e Manoel Tito.<sup>10</sup>

Ao examinarmos o prontuário<sup>11</sup> de Júlio Santana na DOPS, encontramos seus esclarecimentos à Secretaria de Segurança Pública sobre a destituição de Moacyr e a criação da Junta, datado de 11 de agosto de 1963, onde afirma que “representou junto à Delegacia Regional do Trabalho contra irregularidades constatadas na eleição de Moacyr Pedro da Silva, para presidente do referido sindicato”. Ainda conforme o

<sup>7</sup> BARROS, Júlio César Pessoa de. **Conflitos e negociações no campo durante o primeiro Governo Arraes em Pernambuco (1963-1964)**. Dissertação de Mestrado em História apresentada à Universidade Federal de Pernambuco. Recife: 2013.

<sup>8</sup> Diário de Pernambuco, 06/02/1963 – Arquivo Público Estadual Jordão Emerenciano (APEJE-PE).

<sup>9</sup> PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: o Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Rio de Janeiro: Record, 1972.

<sup>10</sup> Jornal Última Hora – Edição Nordeste, 22/07/1963 (APEJE-PE).

<sup>11</sup> Prontuário nº 20.398 – Fundo DOPS (APEJE-PE).

documento, a escolha de Júlio para presidir a Junta Governativa deu-se pela representação que fez à DRT e pela sua atuação na região.

Na historiografia que aborda esse tema, a análise desses conflitos em Barreiros e suas motivações apontam para a destituição de Moacyr da presidência do Sindicato por irregularidades em sua eleição.<sup>12</sup> Não obstante, identificamos que a rejeição à proposta de Tabela dos patrões também foi um forte motivador para a contestação quanto a autoridade de Moacyr à frente do Sindicato. Ademais, estava ele vinculado à FTRP que, naquele momento, também era questionada pelos trabalhadores.

Somamos a esses fatores a disputa das Ligas Camponesas pelo Sindicato, uma vez que Júlio Santana atuava no Sindicato de Serinhaém como membro das Ligas. Contudo, no bojo desse processo em Barreiros, ele rompeu a relação política com Francisco Julião - advogado, dirigente das Ligas Camponesas - e passou a atuar por conta própria<sup>13</sup>, envolvendo a disputa pelo Sindicato na crise interna que as Ligas enfrentavam.

Portanto, os conflitos que eclodiram pela direção do Sindicato também estavam associados à crise interna das Ligas Camponesas que levaram às “dissensões internas” que, de acordo com Andrade (1986), eram “tanto a nível de cúpula – divergências entre Julião e o PCB, com padre Alípio de Freitas e com o jornalista Clodomir Moraes – como a nível de base, com quadros de menor expressão, como Júlio Santana, presidente do Sindicato de Barreiros”.<sup>14</sup> Além das disputas entre as demais forças políticas pelo controle da região, o que colocava o Sindicato no olho do furacão da luta no campo em Pernambuco.

Com a Junta Governativa presidida por Júlio Santana, o Sindicato voltou a usar o nome de antes do desmembramento: Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém<sup>15</sup> e, enquanto tal, passou a atuar na base de extensão dos três Sindicatos. Resultando em confrontos também com as Ligas, em Serinhaém.<sup>16</sup> Há, inclusive, uma nota publicada no *Diário de Pernambuco*<sup>17</sup> em nome do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Barreiros, Rio Formoso e Serinhaém,

---

<sup>12</sup> ABREU E LIMA, Maria do Socorro de. **Construindo o Sindicalismo Rural: Lutas, Partidos, Projetos**. Op. Cit.

<sup>13</sup> PAGE, Joseph. **A Revolução que nunca houve: O Nordeste do Brasil (1955-1964)**. Op. Cit.

<sup>14</sup> ANDRADE, Manuel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste**. São Paulo: Ática, 1986, p-p. 38 e 39.

<sup>15</sup> UH-NE, 04/10/1963 – APEJE-PE.

<sup>16</sup> UH-NE, 09/10/1963 – APEJE-PE.

<sup>17</sup> DP, 04/10/1963 – APEJE-PE.

assinada por Júlio Santana como presidente da Junta Governativa, convocando uma assembleia extraordinária.

Após um período de muitas greves e mobilizações nos engenhos, dirigidas pela Junta presidida por Júlio Santana, em fins de agosto foi expedido um mandado judicial restituindo Moacyr Pedro à presidência do Sindicato.<sup>18</sup> Decidido a impedir que lhe tirassem o comando, Júlio Santana partiu para medidas extremas e ocupou a sede da entidade<sup>19</sup> e, segundo os jornais, contou com um contingente de centenas de trabalhadores apoiando-o na resistência. Mas, essa durou pouco. Santana foi destituído da Junta Governativa<sup>20</sup> por uma assembleia, com oito mil trabalhadores, sob acusação “de não ter moralizado o sindicato”.

### **O conflito nos jornais e a campanha para desestabilizar Arraes**

Em Pernambuco, os jornais de grande circulação - *Jornal do Commercio* (JC) e *Diario de Pernambuco* (DP) - durante o curto período de catorze meses do Governo Arraes, até este ser deposto pelos militares com o Golpe em 1º de Abril de 1964 – realizaram sistemáticos ataques para desestabilizar o Governo e disseminar uma campanha de perseguição aos que lutavam por mudanças nas estruturas sociais, ao mesmo tempo em que ia formando adeptos ao seu discurso.

Esse não era um comportamento só da grande imprensa em Pernambuco, uma vez que no cenário da Guerra Fria, a imprensa cumpriu papel importante para difundir o anticomunismo e fazer oposição a concepções políticas que não se alinhavam aos propósitos da Doutrina de Segurança Nacional, transmitida pelos Estados Unidos da América. De acordo com Padrós (2000), a “implementação da guerra psicológica” é tão importante quanto à aquisição de novas tecnologias e equipamentos militares.<sup>21</sup>

No Brasil, as estratégias utilizadas para aplicar essas orientações foram traçadas na Escola Superior de Guerra (ESG), associada com as ações do complexo IPES/IBAD (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática). De acordo com Dreifuss (1981), na estruturação do IPES a “ação

---

<sup>18</sup> DP, 30/08/1963 – APEJE-PE.

<sup>19</sup> DP, 03/09/1963 – APEJE-PE.

<sup>20</sup> UH-NE – 05/10-1963 – APEJE-PE.

<sup>21</sup> PADRÓS, Enrique Serra. “Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas”. In: FICO, Carlos. *et all. Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2008.

ideológica e social” consistia em “doutrinação geral”, que era realizada “através da mídia” e “visava infundir ou fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais de direita e estimular percepções negativas do bloco popular nacional-reformista”.<sup>22</sup>

Por conseguinte, a campanha para desestabilizar o Governo Arraes, em Pernambuco, deflagrada na imprensa, fazia parte de uma estratégia maior para gerar uma crise no Governo do Presidente João Goulart e criar as condições para implantar um projeto conservador, de retrocessos frente aos avanços democráticos na política brasileira.

O jornalista José Teles, na publicação sobre “*A imprensa às vésperas do golpe*”, analisando os principais jornais de circulação em Pernambuco naquele período, fez a seguinte afirmação sobre o *Jornal do Commercio* e o *Diario de Pernambuco*: “os dois mais importantes matutinos eram rivais apenas comercialmente. Ideologicamente, não havia divergências, ambos praticavam o anticomunismo, em clima de guerra fria, num mundo dividido entre Estados Unidos e União Soviética”.<sup>23</sup>

Havia, ainda, outro periódico, o jornal *Última Hora – Nordeste* (UH-NE), de Samuel Weiner, ligado a getulistas, que “procurava cortejar o povão”, construindo um discurso em defesa do Governo Goulart. Neste Jornal, notícias sobre questões de interesse dos trabalhadores encontravam mais espaço, sobretudo, se fossem iniciativas do Governo Estadual ou Federal.

Portanto, são dois discursos distintos, apropriando-se da contenda no Sindicato, para influenciar a opinião pública de acordo com seus interesses políticos e ideológicos. Assim, a cobertura das disputas pelo controle do Sindicato de Barreiros ganhou espaço nos jornais. A linguagem utilizada, o espaço disponibilizado para a matéria, as imagens, revelavam a intenção por trás da notícia. É importante, portanto, fazer uma leitura crítica, sem esquecer que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”.<sup>24</sup>

Então, vejamos: Quando Júlio Santana reage à sua destituição da Junta Governativa do Sindicato de Barreiros, o *Diario de Pernambuco* deu grande

---

<sup>22</sup> DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe.** Petrópolis: Vozes, 1981, p. 231.

<sup>23</sup> TELES, José. “A imprensa às vésperas do golpe”. In: BARRETO, Túlio Velho; FERREIRA, Laurindo (orgs.). **Na trilha do golpe: 1964 revisitado.** Recife: Ed. Massangana, 2004, p. 134.

<sup>24</sup> LUCCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). **Fontes Históricas.** São Paulo: Contexto, 2006, p. 139.



repercussão às ações de resistência por parte do mesmo. Sobre isto, destacamos algumas notícias. Em 05 de outubro de 1963, o DP noticiou a seguinte manchete: “*SANTANA ARMA TIROTEIO EM BARREIROS, SOB GARANTIA POLICIAL: DIZ PREFEITO*”.

A reportagem saiu no Primeiro Caderno do *Diário* – espaço utilizado para as notícias sobre Política - com espaço destacado para a manchete que cuida em associar Júlio Santana e sua ação de resistência à polícia, sugerindo cumplicidade daquela instituição que é ligada à estrutura do Governo do Estado. A notícia também dá ênfase ao uso da violência pelo trabalhador. Ademais, o respaldo à informação é dado pela assinatura do Prefeito destacada na manchete: “diz o prefeito”.

O teor da matéria, que traz a fala do Prefeito e a narração dos fatos pelo Jornal, é ainda mais cheio de sentidos e significados. Destacamos alguns trechos da matéria, que começa dizendo:

Júlio Santana, conhecido **agitador extremista**, à frente de mais de uma centena de **camponeses armados**, vem **intranquilizando a cidade** de Barreiros. Inconformado com sua destituição da presidência do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela cidade, o **agitador** não somente **invadiu** a sede daquela entidade, como **danificou** móveis e objetos e **subtraiu** a documentação da (sic) órgão de classe.

Nas ruas de Barreiros, **comunistas armados afrontam as famílias**. Quando não **agridem**, dirigem pilhérias pesadas. Enquanto tudo isso acontece, **a polícia local assiste os desmandos com indiferença**, mostrando claramente sua **posição parcial ao lado dos agitadores** (DP, 05/10/1963 – APEJE-PE).<sup>25</sup>

Nesse trecho inicial da notícia, observamos a produção de sentidos com a construção da imagem de Júlio Santana. Este aparece como “agitador extremista” e “agitador” - uma classificação associada de maneira negativa ao comunismo, evidenciando a forte campanha anticomunista durante o Governo Arraes que, em muitos momentos, atacou o próprio Governo. Reportamo-nos a Barros (2013), quando reflete sobre “o termo comunismo na imprensa escrita”, trazendo um quadro com denominações associadas ao termo, em várias décadas. A classificação “extremista” que foi atribuída a Santana, está identificada com o período de 1941 a 1950, quando lembramos ter ocorrido, no Brasil, o Estado Novo e, quase em seguida, teve início a Guerra Fria.

E segue, dando voz ao Prefeito:

Desde a manhã de ontem, a cidade de Barreiros está em pânico (...). À propósito dos fatos, o **prefeito da cidade**, Sr. Clóvis Tenório, enviou o seguinte **telegrama as autoridades federais**, entre elas, o comandante da **7ª Região Militar** e o presidente do **Tribunal de Justiça do Estado**: ‘venho denunciar a V. Excia. o **clima de intranquilidade e anarquia reinante neste município, quiçá em todo Estado** onde grupos de desordeiros chefiados pelo conhecido **agitador comunista** Júlio Santana, **acobertado pelo prestígio da polícia** e

<sup>25</sup> Grifos nossos.

do seu **companheiro governador** Miguel Arraes de Alencar, vem cometendo tôda (sic) sorte de desatinos (...) (DP - 05/10/1963).<sup>26</sup>

A matéria destaca o Prefeito, sua opinião sobre os acontecimentos e as providências que estão sendo tomadas junto a órgãos Federais, não ao Governo do Estado, a quem fazia oposição. A fala dos trabalhadores, dos que estão diretamente envolvidos na ação do Sindicato, como Júlio Santana, não tem espaço na matéria. A construção do discurso que é feita parece não ter interesse em dar voz aos trabalhadores, em “dar voz aos vencidos”.<sup>27</sup> Mas, então, por que o órgão de classe foi notícia? Quem aparece? O Sindicato ou o discurso construído sobre ele? São questionamentos e reflexões que a pesquisa histórica vai despertando.

No dia seguinte, o DP volta a falar sobre a ação no Sindicato, com uma chamada de capa, com imagem. Acima da foto, a manchete principal daquele dia era a possibilidade de aprovação, pelo Congresso Federal, do estado de sítio solicitado por Jango. Como vemos abaixo:

#### IMAGEM 01: BARREIROS SOB O DOMÍNIO DA SUBVERSÃO



Fonte: Diário de Pernambuco, 06 de outubro de 1963

Liderando centenas de camponeses, o agitador Júlio Santana invadiu a cidade de Barreiros, arrombou as portas do Sindicato Rural, destituiu violentamente os dirigentes eleitos da entidade, apoderou-se dos móveis, transferindo-os para Serinhaém, e ocupou grande área urbana daquela comunidade da zona canavieira. Os invasores, armados de **espingarda, revólveres e instrumentos agrícolas**, provocaram pânico na população barreirense, grande parte da qual evita sair às ruas, temerosa da **eclosão de sangrentos episódios**. A polícia, como de costume, **assiste de braços cruzados** às desordens, enquanto o **Prefeito Clóvis Tenório responsabiliza o governador Arraes – a quem apoiou na campanha governamental – pelos acontecimentos**. A foto, colhida à custo pela reportagem do DIARIO, que foi **ameaçada de morte pelos agitadores (“não batam chapas que acabamos com voes debaixo de pau”)**, mostra a sede do Sindicato ocupada pelos rurícolas armados (reportagem ampla na 2ª página).<sup>28</sup>

<sup>26</sup> Grifos nossos.

<sup>27</sup> BENJAMIN, Walter. **Obras escolhidas**. Vol. 1. Magia e técnica, arte e política. Ensaio sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987.

<sup>28</sup> Grifos nossos.

A imagem, publicada na capa do Jornal, ocupa um espaço de destaque, ficando mais em evidência do que a notícia, chegando “a açambarcar o espaço da escrita”.<sup>29</sup> Isso ocorre porque há uma intenção com o uso da imagem. No centro da foto tem dois homens armados defronte ao Sindicato e a mensagem que a fotografia transmite é usada para fortalecer os argumentos da matéria, inclusive a do dia anterior (que não tinha foto), evidenciando a violência daqueles que ocuparam o Sindicato, agora descrevendo os tipos de armas sob a posse dos “agitadores”, para reforçar a possibilidade de “eclosão de sangrentos episódios”. O relato do momento em que a foto foi tirada “colhida à custo pela reportagem do DP, que foi ameaçada de morte pelos agitadores (*“não batam chapas que acabamos com voes (sic) debaixo de pau”*), também serve para dimensionar o perigo sofrido diante daqueles “agitadores”, corroborando com o discurso repetido de instabilidade, e omissão da polícia e do Governador responsável, segundo o Prefeito, pelo o que estava acontecendo.

A cobertura do *Jornal do Commercio* sobre os acontecimentos envolvendo o Sindicato e Júlio Santana não tem o mesmo destaque que as manchetes de capa do *Diario de Pernambuco*. O *JC* apresenta as notícias sobre o Sindicato, na maioria das vezes, na página sete, em meio a outras notícias sobre casos de violência no Estado.

A reportagem sobre o Sindicato que mereceu maior destaque no *JC* foi sobre a reação dos trabalhadores a uma suposta “prisão” de Júlio Santana. Na verdade, o secretário de segurança pública de Pernambuco convocou Santana até à sede da SSP, em Recife, para obter esclarecimentos e fazer advertências quanto à condução que aquele estava dando às atividades junto ao Sindicato. Ao interpretar como prisão, os trabalhadores imediatamente convocaram uma greve na região e realizaram uma manifestação na usina Trapiche, em Serinhaém, causando grande tensionamento e mobilizando a Polícia Militar. O *JC* destaca essa reportagem com duas imagens, uma da Usina Trapiche e outra dos trabalhadores na sede do Sindicato e traz um relato pormenorizado sobre o ocorrido, como podemos conferir abaixo:

---

<sup>29</sup> LUCCA, Tania Regina de. “História dos, nos e por meio dos periódicos”. Op. Cit., p. 132.



Fonte: *Jornal do Commercio*, 13 de agosto de 1963.

Reparamos ainda que a atenção dada pelo *JC* aos meses de tensão no Sindicato de Barreiros não noticia nenhum caso de tiroteio ou conflito armado entre trabalhadores e a Polícia Militar, embora dê ênfase ao clima de medo entre a população local e à “rebelião dos trabalhadores”. Quanto aos termos e expressões utilizados pelo Jornal ao referir-se a Júlio Santana e aos trabalhadores também não identificamos uma carga tão pejorativa. Ao referir-se a Santana, embora o *JC* também o rotule muitas vezes de “agitador”, é frequente o emprego do pronomine de tratamento “senhor” antes do nome de Júlio Santana.

Outro destaque que fazemos sobre a cobertura do *JC* é quanto à reportagem acerca da assembleia que destituiu Santana da presidência da Junta Governativa. Além da acusação contra Santana por “não ter moralizado o Sindicato”, o Jornal também acrescenta duas novas acusações: a de “aliciamento de camponeses para incendiar canaviais” e a de que Júlio ficou “envaidecido pelo fato de ocupar posição que jamais sonhou”. Contudo, esta reportagem não tem tanto destaque na página, aparece em uma coluna no canto esquerdo, abaixo da manchete principal, conforme observamos na imagem:



Fonte: *Jornal do Commercio*, 13 de agosto de 1963.

O *Última Hora-Nordeste* abordou a ocupação da sede do Sindicato em matéria também do dia 05 de outubro daquele ano, na segunda página do Jornal. E, apesar de evidenciar que Júlio Santana “invadiu e saqueou a sede do Sindicato”, o jornal não classifica Santana com termos pejorativos, chegando a explicar que sua “revolta” é por ter sido destituído da Junta Governativa.

Uma semana depois, esse mesmo periódico publica uma matéria, com chamada de capa e imagem – também aqui a imagem ganha mais espaço que a notícia escrita. O conteúdo contribui para divulgar a atuação do Governo e da polícia – destacada na imagem -, frente ao problema apresentado. A intenção evidenciada parece ser rebater os ataques de ineficiência e parcialidade sofridos por eles, feitos pelo Prefeito de Barreiros e divulgados, como vimos, no *Diário de Pernambuco*. O jornal faz, ainda, um relato pormenorizado sobre as resoluções tomadas pela DRT quanto à intervenção no Sindicato. Como podemos conferir:

**IMAGEM 2: POLÍCIA OCUPA SINDICATO APÓS TIROTEIO: 2 FERIDOS**



Fonte: UH – NE, 13/10/1963

A polícia ocupou, ontem, a sede do Sindicato Rural de Barreiros (foto) após tiroteio, em que saíram dois feridos, entre soldados do destacamento local e partidários de Júlio

**Santana**, atualmente **recolhido à Detenção, por determinação da Justiça**. Os camponeses tentaram o rapto do tenente Lucena, em **represália contra a prisão do seu líder**. No momento, **a situação é de calma**, encontrando-se em Barreiros o delegado do Trabalho, Enoch Saraiva, e Gilberto Azevedo, representante do CONSINTRA.

Diz a reportagem que,

Em represália pela prisão de Júlio Santana, camponeses desta cidade tentaram raptar o tenente Lucena: em consequência, a Polícia ocupou o Sindicato Rural e o delegado do Trabalho, sr. Enoch Saraiva, decretou Intervenção Ministerial. O CONSINTRA apóia esta intervenção.

#### **TIROTEIO**

Vendo frustrados seus objetivos **os assaltantes dirigiram-se à sede** do Sindicato Rural. **Imediatamente o contingente policial cercou o local**, com cerca de 10 pessoas em seu interior, todas pertencentes ao Sindicato Rural. Ao notarem o aparecimento dos policiais, abriram fogo, originando-se daí um cerrado tiroteio. No entanto, sentindo a desvantagem numérica bateram em retirada, pelo portão dos fundos, permanecendo apenas no local João Zeferino da Silva e Antonio Joaquim de Medeiros.

#### **DESFECHO**

(...) No entanto, devido a **inúmeras provocações dos sitiados, o destacamento local**, chefiado pelo sargento Siqueira, **resolveu abrir fogo** e tentar o assalto, no que foi recebido a rajadas por parte de João Zeferino e Joaquim Medeiros. Após notarem a inutilidade da resistência e por já se encontrarem feridos, resolveram render-se. Imediatamente foram colocados num jipe e transportados ao Hospital Santa Francisca onde, após medicados, seguiram para o Recife, sendo autuados na delegacia Auxiliar.

#### **SITUAÇÃO DE CALMA**

**Apesar da tensão reinante nas cidades de Sirinhaém, Rio Formoso e Barreiros, a situação PE de calma não havendo nenhuma ameaça de violências por parte dos camponeses.**

**A Polícia Militar já ocupou a sede do Sindicato Rural de Barreiros** (com área em Serinhaém e Rio Formoso), **repondo a ordem**, depois dos acontecimentos de ontem.<sup>30</sup>

Diante da forte pressão dos Jornais e da classe patronal, a prisão de Júlio Santana foi efetivada poucos dias depois da assembleia que o destituiu da presidência da Junta Governativa do Sindicato. Preso, foi enquadrado na Lei de Segurança Nacional e em crimes de outras tipificações, conforme revela seu prontuário na DOPS.

Os jornais noticiaram a prisão e, depois, registraram que a paz havia voltado ao campo. Na Casa de Detenção do Recife, Júlio Santana continuou sendo uma dor de cabeça para os patrões e o Governo, porque a luta no campo não cessou e havia indícios de sua influência. Ademais, a importância dos acontecimentos no Sindicato e a dimensão que é dada a eles na grande imprensa, conseguiram, de certa forma, afetar o primeiro Governo de Miguel Arraes, colocando mais lenha na campanha articulada para desestabilizá-lo.

<sup>30</sup> UH-NE, 13/10/1963 – APEJE-PE. Assinam a matéria *Vantuil Barroso e Manoel Souza*. Grifos nossos.